

Lista Tríplice - fase local

Henrique Marconi é eleito por Santos o indicado para Secretário da Receita Federal do Brasil

“Meu ideal político é a democracia, para que todo homem seja respeitado como indivíduo e nenhum venerado.”

(Albert Einstein, físico alemão)



- * Henrique Marconi é eleito por Santos o indicado para SRF..... pág.2
- * Fase regional da Lista Tríplice ocorrerá de 8 a 13 de setembro..... pág. 3
- *DS/Santos aproveita para debater Lei Orgânica com a sociedade. pág.4
- * Auditores-Fiscais conseguem evitar votação da Lei Geral de Transação. pág.5
- * Filiação à Fenafisp e não-filiação devem recadastrar-se no Sindifisco Nacional.pág. 6
- * A imprescindível atuação parlamentar dos Auditores na Lei Geral de Transação.pág. 8

Henrique Marconi é eleito por Santos o indicado a Secretário da RFB

Dezenas de colegas de Santos participaram no dia 1º de setembro da fase local da Lista Tríplice para Secretário da Receita Federal do Brasil.

A Assembleia Local foi realizada no Auditório da Alfândega ao longo de toda a última terça-feira.

Houve cinco indicações de colegas para participar do certame na fase local, a saber: Akiyoshi Omizu, Henrique Orlando Marconi, José Hilário Nunes da Costa, Milton Rocha Alencar e Rubens Fernando Ribas, dos quais quatro indicados declinaram do convite, restando como candidato único por Santos à SRF, pela lista tríplice, o Auditor Henrique Orlando Marconi, aposentado em 2000, Economista, Administrador de Empresas e Advogado com Pós-Graduação na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, tendo sido membro do Conselho de Contribuintes, em Brasília. Marconi sagrou-se o indicado de Santos para participar da fase estadual/regional da

Lista Tríplice.

“A classe já está mais que madura, pensando e agindo como Autoridade de Estado que somos e compreendendo que a Receita Federal do Brasil é, antes de tudo, uma instituição republicana. Estarmos vivendo este processo da lista tríplice corrobora exatamente isto e nos coloca em um novo patamar de luta, inclusive para aprovação da Lei Orgânica do Fisco (LOF) no Congresso Nacional”, declarou o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó.

A realização da Lista Tríplice para SRF foi aprovada pelo Conselho de Delegados Sindicais, em reunião conjunta do Unafisco e da Fenafisp, realizada no dia 7 de agosto.

Também foi aprovada na assembleia que a DS/Santos solicite uma audiência com o novo superintendente da 8ª Região Fiscal, o Auditor-Fiscal José Guilherme Antunes Vasconcelos, nos dias 9, 10 ou 11 de setembro.

Fase regional da Lista Tríplice ocorrerá de 8 a 13 de setembro

Agora, o nome do Auditor-Fiscal Henrique Marconi será encaminhado para a listagem de nomes indicados em toda a 8ª Região Fiscal por suas respectivas delegacias sindicais. De 8 a 13 de setembro está prevista para ocorrer a Plenária da região fiscal na qual os representantes das delegacias sindicais deverão buscar, de forma consensual, selecionar dois nomes entre todos os indicados para passarem à fase nacional.

A próxima etapa, a nacional, será dividida em duas partes, sendo que a primeira delas ocorrerá na primeira reunião do Conselho de

Delegados Sindicais (CDS) do Sindifisco Nacional, provavelmente até meados de outubro.

Na ocasião, os dois candidatos de cada região fiscal serão sabatinados para que apenas dez (10) nomes sejam selecionados pelos delegados sindicais.

Na segunda fase da etapa nacional, em data a ser definida pelo CDS, os Auditores-Fiscais de todo o país irão às urnas escolher entre os dez nomes preliminarmente selecionados os três colegas que deverão ser indicados pela Classe para o cargo de Secretário da RFB.

Em plenária, deverão ser escolhidos, de forma consensual, dois colegas para passarem à fase nacional.

Mudança na Superintendência da 8ª RF

No último dia 25 de agosto, o então Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Santos, o Auditor-Fiscal José Guilherme Antunes Vasconcelos, foi nomeado o novo superintendente da 8ª Região Fiscal, em substituição ao Auditor-Fiscal Luiz Sérgio Fonseca. A Diretoria da DS/Santos faz votos de sucesso nesta nova empreitada do colega José Guilherme, esperando que ele mantenha-se sensível aos anseios da Classe, sobejamento no que diz respeito a conferir a todos o tratamento de Autoridades de Estado que somos e o apoio à Lei Orgânica do Fisco cujo texto base aprovamos em Assembleia Nacional (20/02/08).

Em meio a mudanças na RFB, DS/Santos aproveita para debater a LOF com a sociedade

O presidente da DS/Santos tem concedido entrevistas tendo como pano de fundo as mudanças na administração da Receita Federal do Brasil. Em toda oportunidade, tem buscado mostrar que a fragilidade do órgão e das atividades dos Auditores da RFB, atividades de Estado, se devem essencialmente em razão da ausência da Lei Orgânica do Fisco para a Classe e para o órgão.

Foi assim na edição de 27/08 do jornal *O Globo*. Na matéria intitulada “Projeto que poderia ajudar a evitar ingerências políticas está parado”, Wellington Clemente Feijó esclarece: “com isso (projeto da LOF aprovado pela Classe), teríamos segurança para investigar qualquer empresa sem medo de ingerências políticas - disse o presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da RFB em Santos”.

Clemente explicou ainda que a LOF cria um regime jurídico especial para os Auditores-Fis-

cais, semelhante ao Ministério Público, e contempla a lista tríplice, em que o secretário da RFB seria indicado pelo presidente da República

Projeto que poderia ajudar a evitar ingerências políticas está parado

Lei Orgânica do Fisco nem chegou a ser levada ao Palácio do Planalto

Ricardo Galvão

• SÃO PAULO. Repouso há mais de um ano na Secretaria da Receita Federal uma minuta de emenda à Constituição que, se aprovada, poderia evitar boa parte da crise que a entidade atravessa. A Lei Orgânica do Fisco (LOF), fruto de anos de debates entre auditores, entidades sindicais e direção da Receita, determina mecanismos que garantiriam maior autonomia ao órgão e a seus integrantes, evitando ingerências políticas.

O projeto, de 55 páginas, cria um regime jurídico especial para os auditores locais e analistas tributários, semelhante ao do Ministério Público Federal. Assim, um auditor não poderia perder o cargo mediante sentença judicial de última instância ou processo administrativo disciplinar.

— Com isso, teríamos segurança para investigar qualquer empresa sem medo de ingerências políticas — disse o presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal de Santos, Wellington Clemente.

Além disso, os auditores não poderiam ser removidos de posto ou função sem justificativa fundamentada nem ser presos sem ordem judicial. Mas o ponto mais sensível diz respeito ao titular da Secretaria. Pelo projeto, o secretário seria indicado pelo presidente da República a partir de uma



JORGE RACHID: projeto ficou parado na gestão dele, e Lina engavetou

lista tríplice, e teria um tempo mínimo de mandato. Isso, para os auditores, evitaria ingerências políticas.

O projeto prevê ainda a autonomia funcional e organizacional da Receita, para reduzir possíveis interferências governamentais.

O projeto ficou pronto em julho do ano passado, no fim da gestão de Jorge Rachid, depois de um longo processo de discussão em assembleias e audiências públicas. Nos onze meses em que esteve à frente da Receita, a ex-secretária Lina Vieira não deu andamento ao processo, que necessita de aprovação e encaminhamento ao Congresso pela Casa Civil da República a partir de uma

— Quando a Lina entrou, o

processo travou. Perguntava sobre isso a ela em todas as reuniões. Lina dizia que ia encaminhar para a Casa Civil, mas nunca encaminhou. O motivo é ela pode esclarecer, porque o governo já se mostrou favorável tanto que incluiu a necessidade de uma LOF no texto final da Reforma Tributária — disse Pedro Delarue, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco).

Delarue lembrou que se a LOF estivesse em vigor, Lina não poderia ter sido demitida, o que teria evitado a crise atual. Segundo ele, o novo secretário, Otacilio Cartaxo, já sinalizou que pretende dar andamento ao projeto.

a partir dela, e com mandato fixado, dois anos, renováveis por mais dois anos.

A matéria também ouviu o presidente da DEN, Pedro Delarue, o qual declarou que o novo secretário pretende dar andamento à Lei Orgânica.

Audidores-Fiscais conseguem adiar votação da Lei Geral de Transação

O trabalho parlamentar desenvolvido por Auditores-Fiscais na tarde dessa terça-feira (25/8), em Brasília, fez o Governo recuar e retirar a tramitação em regime de urgência do PL (Projeto de Lei) 5.082/09, que trata da LGT (Lei Geral de Transação).



Para discutir a matéria, será constituída uma Comissão Especial, que deverá ser presidida pelo deputado João Paulo Cunha (PT/SP). Segundo o líder do PT, deputado Cândido Vaccarezza, o Governo enviará uma mensagem para retirar a proposta do regime de urgência. O trabalho parlamentar foi coordenado pelos diretores de Assuntos Parlamentares, Eduardo Artur Neves Moreira e João Santos.

A proposição que tramita na Câmara cria a CGTC (Câmara-geral de Transação e Conciliação da Fazenda Nacional) - um sistema que pretende solucionar, por meio de acordo, disputas judiciais ou administrativas sobre questões tributárias entre contribuintes e o Fisco. A CGTC seria o órgão central do Sistema Nacional de Transação e Conciliação Tributárias, vinculada à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com a incumbência de editar resoluções e regulamentos a serem observados nos procedimentos previstos na futura lei.

O Unafisco Sindical é contra os termos da proposição porque entende que novas legislações, ou alterações nas já existentes, devem observar os princípios constitucionais e os Institutos do Sistema Jurídico, além de respeitar as bases do Estado Democrático de Direito.

Santos participou do trabalho, representado pelo presidente da DS, Wellington Clemente Feijó, e pelo Auditor e Diretor de Aposentados e Pensionistas para o próximo biênio, Oscar Leão.

Aniversariantes de agosto comemoraram mais um ano de vida



Na noite de 27 de agosto, os filiados, familiares e funcionários nascidos no mês de agosto que compareceram à festa dos aniversariantes de agosto, apagaram as velinhas acompanhadas de mais de 25 pessoas que participaram do evento. Nossos parabéns ao Auditor aposentado Isaac Attie, ao funcionário Val e à Monica Guirardi, neta da pensionista Maria Thereza M. G. Barreto.

A próxima festa ocorre na última quinta-feira de setembro, no dia 27, a partir das 19h30. Compareça!

A próxima festa ocorre na última quinta-feira de setembro, no dia 27, a partir das 19h30. Compareça!

Confraternização da atual e nova diretoria da DS/Santos

Na última quarta-feira, 2º de setembro, integrantes da atual e da diretoria eleita da DS/Santos reuniram-se para uma confraternização de despedida para aqueles que representaram a Classe em Santos ao longo dos dois últimos anos e de boas-vindas aos novos guerreiros, que irão representar os Auditores-Fiscais ativos e aposentados, bem como pensionistas, no

biênio 2009/2011.

Um dos assuntos foi a solenidade de posse da nova diretoria. Ficou acertada que ela deverá ocorrer em outubro ou no início do mês de novembro.

Já estão sendo contatados os locais, para fins de orçamento, que deverão abrir essa festa tão prestigiada pelos filiados. Aguarde mais informações.

Sindifisco Nacional e DS/Santos solicitam filiação dos então filiados à Fenafisp e não-filiados

A Diretoria Provisória do Sindifisco Nacional está disponibilizando uma ficha *on-line* na página www.unafisco.org.br ou www.fenafisp.org.br para o cadastramento de filiados por meio digital. Todos os filiados oriundos dos sindicatos estaduais ligados à Fenafisp (Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil), inclusive aposentados e pensionistas e não-filiados, que assim o desejarem, devem efetuar o cadastramento.

O procedimento é necessário para que o Sindifisco Nacional possa obter todas as informações cadastrais dos filiados. Além disso, com a unificação das entidades, tornou-se necessária a atualização dos dados para garantir o funcionamento adequado da entidade.

Contatos do advogado para atendimento emergencial 24 horas

Conforme já publicado anteriormente neste *Boletim*, informamos que os contatos do advogado Vitor João Freitas Costa, contratado pela DS/Santos com vistas a prestar atendimento emergencial aos filiados, nos casos relacionados à atividade funcional do Auditor-Fiscal, são: **9711-6617, 7802-1586, 3219-6630, ID 129*18547/ 9783-9305/ ID 90*2506/ 9151-0022**. O escritório fica na rua Amador Bueno, nº 38, cj. 31. Tendo em vista a proximidade do fim do contrato com o advogado, a nova diretoria da DS/Santos irá decidir pela sua manutenção ou não. Em sendo aprovada, a DS distribuirá cartões de contato do advogado aos filiados.

ESPAÇO DA SUGESTÃO

Expresse aqui a sua opinião, críticas e sugestões para o aperfeiçoamento de nossa entidade sindical, depositando este papel em nossas urnas na ALF e DRF, ou enviando email para unafisco@unafiscosantos.org.br. Ainda que as atividades diárias o absorvam, reserve um tempo para cuidar de seus interesses enquanto Classe, pois isto se reflete em seu dia-a-dia.

A imprescindível atuação parlamentar dos Auditores-Fiscais em torno da Lei Geral de Transação

Nos dias 25 a 27 de agosto, integrei a frente de colegas de diversas regiões do país que atenderam ao chamado da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unafisco Sindical para realizar um intenso trabalho parlamentar na Câmara dos Deputados, com vistas a evitar a votação do projeto de Lei 5.082/09, que trata da Lei Geral de Transação. A matéria estava em pauta para ser votada em regime de urgência pelo governo.

Estávamos em mais de 20 Auditores-Fiscais e nos dividimos em grupos de 3 a 4 colegas para abordar de forma estratégica deputados e lideranças de partidos. Fomos muito bem coordenados pelos colegas Eduardo Moreira e João Santos, diretores de Assuntos Parlamentares da DEN. Os parlamentares mostraram-se receptivos às nossas recomendações e conseguimos um bom resultado. O governo acabou retirando o PL de pauta e criou uma comissão especial para analisar e discutir mais detidamente a matéria. Mesmo com esta boa notícia, já no segundo dia de trabalho, não arrefecemos a nossa luta, e continuamos a abordar os senhores parlamentares, esclarecendo-os dos malefícios do PL 5.082/09.

O projeto

Consideramos esta matéria proposta pelo governo muito estranha, pois cria novas instâncias na problemática dos contribuintes devedores, quer dizer, depois de diversas instâncias a recorrer de multas e correções, o devedor ainda ganha uma outra, qual seja, transacionar com o governo a qualquer tempo. O Sindicato compreende que isto estimulará até os bons contribuintes a não quitarem seus débitos em dia, o que seria muito ruim para o país e para a instituição Receita Federal do Brasil.

Quando a Comissão Especial for instalada, acreditamos que o trabalho parlamentar será retomado com força total.